

DIDATIZAÇÃO DO ENSINO DE GRAMÁTICA: A ORTOGRAFIA E O MERCADO DE TRABALHO

Francis Jacqueline de Melo Rocha¹

GT7 – Educação, Linguagens e Artes

RESUMO: O presente trabalho investiga as dificuldades de escrita, especificamente a ortografia da consoante fricativa /s/ intervocálica no português. Essa dificuldade tem se refletido em avaliações escolares e no desempenho profissional de muitos jovens que se submetem a provas de língua portuguesa para a admissão em empregos. Levando em consideração tal panorama, e diante dessa realidade, destacamos a necessidade de um olhar mais profundo sobre tal assunto, a fim de que possamos contribuir para o aprimoramento de habilidades de escrita do estudante que se refletem na prática profissional, como em processos de seleção de emprego.

Palavras: Escrita. Ortografia. Mercado de trabalho.

Abstract: This study aims to address the difficulties of writing, specifically spelling of fricative / s / intervocalic in Portuguese. This difficulty has been reflected in school reviews and no professional performance of many young people who undergo English language tests for admission to employment. Taking into consideration such panorama and before that reality is what we set out to demonstrate, through this work, the need for a deeper look into this matter, so that we can contribute to the improvement of writing skills that are reflected in professional practice as in job selection processes.

Key-words: Writing. Spelling. Job Market.

¹ Professora de Língua Portuguesa da rede pública estadual de Sergipe. Mestranda Profletras UFS São Cristóvão. E-mail: prof.francisrocha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a forma de ensinar, aprender e cobrar a correção ortográfica muitas vezes é realizada de maneira repetitiva, mecânica e sem reflexão sobre a sistematicidade das regras gramaticais, fazendo com que o aluno aprenda de forma ineficaz, pois o que houve foi só “decoreba”.

Ensinar e aprender ortografia não podem ser um ato mecânico, não são um simples ato de memorização, pois conforme Morais (2008) os desvios ortográficos precisam ser tratados de forma diferente. Existem diferentes desvios ortográficos e esses desvios indicam os diferentes níveis de conhecimento ortográfico em que o aluno se encontra. O ensino da ortografia nas escolas normalmente não leva o aluno a refletir sobre as irregularidades ou regularidades do português brasileiro.

A ortografia, para Morais (2006), é definida como uma convenção social cuja finalidade é ajudar a comunicação escrita. Para o autor, o ensino da ortografia deve ser ministrado de forma sistemática, pois a escola cria poucas oportunidades para o aluno refletir sobre as dificuldades ortográficas de nossa língua embora cobre do aluno a escrita correta.

Regras ortográficas são fruto de uma convenção social cujo objetivo é padronizar a escrita, mantê-la íntegra. Caso não houvesse convenção ortográfica, ninguém se entenderia mais na escrita. Na verdade, os instrumentos normativos, como gramáticas e dicionários, são de suma importância para a manutenção da escrita de uma língua, pois a fala vive passando por transformações. O domínio das regras ortográficas é importante para a inclusão social, pois, de acordo com Scliar-Cabral (2003, p. 29), “o desconhecimento da modalidade escrita não condena nenhum indivíduo ou grupo a extinção física, embora nas sociedades letradas coexista com a exclusão e/ou pobreza e/ou ser explorado e com limites para o exercício da cidadania.”

Preocupado com essa questão do ensino da ortografia, Morais (2006) dividiu e classificou os diferentes tipos de desvios ortográficos pois para ele o aluno pode distinguir o que precisa compreender e o que precisa memorizar. Segundo Morais, existem dificuldades irregulares e dificuldades regulares. No caso da irregularidade não há regra específica. O uso de uma letra é justificado apenas pela tradição de uso ou origem etimológica da palavra. E no caso das regularidades existe uma forma adequada a ser seguida da escrita, isso se dá pelo fato de existirem regras ortográficas para a

escrita convencional dessas palavras. Portanto, no caso das regularidades é necessário apropriar-se das regras ortográficas.

No caso de “cidades” e “hoje” não há nenhuma regra ou princípio que possa nos ajudar a saber por que essas palavras se escrevem respectivamente com C e H. Já no caso de “cachorro” e “honrado”, podemos compreender por que se escrevem com RR e R. Estamos então diante de dois tipos de dificuldades ortográficas: irregulares e regulares”. (MORAIS, 2006, p. 27)

Neste trabalho, discorreremos especificamente sobre a ortografia da consoante fricativa /s/. A partir de depoimentos dos estudantes acerca de situações vividas, que, quando da necessidade de representar o som, identificamos que este contexto ortográfico leva-os a cometer erros, especialmente em situações de entrevista de emprego, situação em que atualmente é praxe a realização de provas de língua portuguesa envolvendo questões ortográficas e redação, como etapas do processo seletivo.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA E O MERCADO DE TRABALHO

No mundo de hoje, o trabalhador precisa investir em si mesmo, seja em relação à educação, seja ao comportamento. O jovem enfrenta uma série de dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, dentre elas linguagem inadequada, falta de conhecimento técnico em serviços da indústria, comércios e serviços, baixo grau de instrução. Segundo Oliveira e Silva (2004), uma das dificuldades dos alunos é a questão da linguagem inadequada e uso de gírias. Para se inserir no mercado de trabalho, é mister uma nova forma de comunicação, melhorando seu poder de argumentação, tendo domínio sobre a linguagem (mantendo a gíria em seu contexto familiar e entre amigos) diferenciando a vida profissional da pessoal.

Mas não são apenas as gírias o problema. De acordo com o Núcleo Brasileiro de Estágios (Nube), os testes ortográficos e as redações são os que mais reprovam candidatos a uma vaga de emprego. Os estudantes de escolas públicas de nível

fundamental e médio são os mais reprovados nesses testes. E os homens apresentam desempenho inferior ao das mulheres.

Um estudo realizado durante o ano de 2012 em São Paulo e divulgado em 2013 com 7.219 estudantes revelou que 2.081 candidatos (28,8%) não obtiveram êxito no teste ortográfico e foram eliminados. O teste foi aplicado em forma de ditado com 30 palavras do cotidiano, como “seiscentos”, “escassez”, “artificial”, “sucesso”, “licença” e “censura”. Era considerado reprovado quem cometesse mais de 7 erros. O índice de reprovação entre as mulheres ficou em 26,6% e entre os homens, em 32%. Os mais novos, com idade entre 14 e 18 anos, tiveram o melhor desempenho, com 75% de aprovação superando outras faixas como a de 19 e 25 anos (68,9%), de 26 a 30 (69,2%) e acima de 30 anos (71,2%).

Alunos do ensino médio técnico tiveram o pior desempenho – em torno de 37% cometeram mais de 7 erros, seguidos dos estudantes do superior tecnológico (30%), médio (20%) e superior (28,5%). Estudantes de nível médio e técnico de escola pública tiveram desempenho pior (30%) se comparados aos das instituições particulares (17%). Entre os universitários, cerca de 30% dos jovens de instituições privadas foram reprovados, contra apenas 19% das faculdades municipais, estaduais ou federais.

Foi realizada ainda uma pesquisa no mesmo ano, também em São Paulo, com 1.147 participantes, a qual mostrou que as mulheres tiveram maior índice de aprovações na redação com 85,5%. Entre os homens, o índice foi de 80,7%. A reprovação foi maior entre os estudantes de 15 a 18 anos (27,5%) em relação aos de 19 a 25 anos (16,5%). No ensino médio, o índice de reprovação foi de 26,1% e no superior de 17,4%.

A educação tem influência direta na vida profissional do aluno. Fica evidente que desde que tenha acesso às informações necessárias para a construção do seu aprendizado o aluno terá condições de se desenvolver e terá melhores chances de inserção no mercado de trabalho.

Acreditamos que, trazendo para sala de aula assuntos pertinentes às necessidades dos alunos (em relação ao campo profissional), eles deixarão de ser meros espectadores e assumirão a função de agentes do conhecimento e ampliarão as possibilidades de resultados satisfatórios em relação ao desempenho escolar e profissional.

O PROBLEMA DA GRAFIA DA CONSOANTE FRICATIVA /S/ INTERVOCÁLICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

As dificuldades de escrita, mais especificamente o uso adequado das letras em determinadas palavras, do domínio em relação às regras ortográficas (com ênfase na grafia da consoante fricativa /s/ intervocálica,) refletem-se em avaliações fora e dentro da sala de aula. As regras ortográficas relacionadas à grafia da consoante fricativa /s/ precisam ser trabalhadas a partir de atividades estruturadas (treinos ortográficos, produção textual, questionários) que permitam a aprendizagem do aluno.

Nem sempre isso ocorre, pois, de acordo com Scliar-Cabral (2003, p. 19), “a principal causa dos fracos resultados obtidos no ensino-aprendizagem da leitura e da escrita está na falta de uma sólida fundamentação por parte dos educadores sobre os processos nelas envolvidos”. A ortografia envolve conhecimentos específicos de fonêmica e de aquisição/aprendizado da escrita.

De acordo com Rodrigues (2005), o ensino-aprendizagem de conceitos de fonética e de fonologia na educação básica é instrumento para a compreensão de outras noções quer como objeto de conhecimento, pois além de facilitar o percurso de aprendizagem de outros conceitos (gramaticais e literários) e de permitir aprofundar o conhecimento da língua materna desenvolve também a consciência fonológica dos alunos necessária para a compreensão e produção textual.

Dialogando com especialistas

Segundo Rodrigues (2005), para que se tenha o domínio da ortografia, é necessário que o educador tenha sólidos conhecimentos da relação som-grafia (plano fônico e plano escrito de representação da língua), de fonética articulatória, da classificação do som para a resolução de erros fonéticos (ex.: ‘nesa’ para ‘mesa’) e de contextos que levam a erros de uso (ex.: ‘centado para ‘sentado’). Ainda de acordo com a autora, faz-se necessário desfazer os preconceitos (falta de atratividade, dificuldade e inutilidade) que subjazem à resistência de tal assunto e mostrar que o domínio da língua materna apresenta diferentes “domínios” (ouvir/falar, ler, refletir sobre o funcionamento da língua) a fim de demonstrar a produtividade da mobilização de conceito para que haja a distinção do som (fonema) e grafema e de instrumentos como a transcrição fonética. Estudar a língua e refletir sobre ela abre a possibilidade de uma relação de aprendizagem fundamentada no motivo de interesse que é a própria língua, instituída objeto de estudo e análise e também de fruição.

A autora recomenda que situações de relatos, leituras e depoimentos devem ser propiciadas em sala de aula com produções orais para que se desenvolva a capacidade de ouvir falar e de falar, uma primeira etapa antes da escrita, promovendo nos alunos a consciência das diferenças entre o modo escrito e o modo oral de expressão da língua.

Mateus (2006) afirma que um dos problemas que dificulta a aprendizagem de qualquer ortografia resulta de ser impossível que uma ortografia represente, de forma exaustiva, a variação contextual dos elementos fonológicos. Sendo a ortografia “a forma correta de escrever” é natural que ela necessite de encontrar uma estabilidade nessa variação, o que, muitas vezes, é interpretado apenas como uma variante conservadora.

Bortoni-Ricardo (2006) demonstra os problemas que existem no ensino da ortografia (interferência de regras fonológicas variáveis e falta de familiaridade do aluno com as convenções da língua escrita) que são reflexos de interferências da pronúncia na produção escrita e problemas que decorrem simplesmente do caráter arbitrário das convenções ortográficas. Segundo a autora, para que nos familiarizemos com a forma convencionada de se escrever a palavra, precisamos ter contato com a língua, lendo e escrevendo muito.

Scliar-Cabral (2003) afirma que não há escrita sem que se tenha aprendido a ler primeiro, pois quando se escreve a leitura é obrigatória. Segundo a autora, o indivíduo que não domina de modo competente um sistema de escrita perde o direito de acesso à produção humana. O indivíduo que não precisa titubear a cada passo diante de um grafema não terá impedimento para desenvolver um processamento fluente das frases para se chegar à compreensão textual.

Segundo Dehaene (2012 pág. 49), no português ocorreram muitas reformas ortográficas que atualizaram os princípios do sistema alfabético, mas muitas vezes ainda vigem as regras de derivação morfológica, como no caso de “viajem”, 3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo, que se escreve com “j” porque o radical do qual ele deriva se extrai da primeira pessoa do singular do presente do indicativo, no entanto o vocábulo “viagem”, substantivo, escreve-se com “g” porque deriva do radical de “via” mais o sufixo “agem”.

De acordo ainda com Dehaene, a ênfase dada ao significado justifica o porquê de tantas grafias distintas para os mesmos fonemas; são exemplos também as palavras “cela” e “sela”, “cassa” e “caça”. Se essas palavras fossem transcritas fonologicamente, seria impossível fazer a distinção das mesmas na escrita.

Guimarães (2005) trabalha a questão da consoante fricativa /s/ intervocálica mostrando o porquê de tantas ocorrências de erros quando ela é utilizada: os erros que envolvem a grafia da consoante fricativa /s/ acontecem pelas várias opções que o aluno tem diante de si, por ter várias opções o aluno não tem como prever o uso de um ou outro grafema.

De acordo com Mateus (2006), para representar graficamente o fonema /s/, existe uma regra contextual a qual orienta que o fonema /s/ na posição intervocálica representa o fonema /z/. Apesar disso, ter conhecimento dessa regra não resolve o problema da representação ortográfica do fonema /s/, pois o sistema prevê também o uso de outros grafemas ('c' ou 'ç') ou dígrafos ('ss', 'sc', 's', 'ç') nessa mesma posição. Por apresentar a relação múltipla, podendo ser representado por vários grafemas ('s', 'ss', 'c', 'ç', 'x', 'xc', 'sç', 'xs', 'sc'), é que muitos erros ortográficos estão presentes nas produções dos alunos, dentro e fora da sala de aula. Essa situação de relação múltipla gera dúvidas ortográficas, que foram trazidas à sala de aula quando da necessidade de se precisar fazer o uso da grafia da consoante fricativa /s/, quando da realização de ditados em testes seletivos, por exemplo. Ao optar por uma dessas formas de representação do fonema que não for a convencionalizada pelo sistema ortográfico, o aluno estará desobedecendo à regra contextual, ou seja, errando, e ao errar está sujeito a julgamentos sociais, os quais podem lhe tirar inclusive uma vaga de emprego.

No entanto, a ortografia deste contexto fonológico não é caótica, é passível de sistematização: em relação a 'x' e 'z', há redução no número de grafias possíveis se for considerada a posição intervocálica, pois 'x' e 'z' não fazem parte desse contexto para representarem o fonema /s/ no português. Existem peculiaridades, ainda de acordo com Mateus (2006), como o fato de nenhuma palavra do português se iniciar com "ç", ainda que em grafias antigas isso ocorresse (çapato), reduzindo também, hoje, erros dessa natureza. Scliar-Cabral (2004, p.207), diz que a solução seria lançar mão de um conhecimento etimológico, ou seja, seria necessário conhecer a forma da palavra na sua origem. Conhecer a etimologia das palavras, no entanto, é tarefa do etimologista. A decisão do aluno quanto à grafia dessas palavras tenderá a ser aleatória até que o contato sistemático com suas formas escritas resolva o problema.

Ao se errar a grafia da consoante fricativa /s/ pode-se também modificar o sentido do que se quer dizer, como em 'laser/lazer'; 'coser/cozer'; 'vaso/vazo'.

Dehaene afirma ainda que mesmo o aluno se lamentando diante das inúmeras ortografias do fonema /S/ em "sílaba", "assilábico", "ciência", "consciência", "naça",

“exceto”, “exposto”, “máximo”, “fez”, “quis” deve entender que estes floreios são indispensáveis à leitura e que sem essas distinções o texto escrito não seria senão um rébus que o leitor passaria um tempo considerável a decodificar. Segundo ainda, o autor, graças às convenções ortográficas a escrita aponta mais diretamente ao significado. Toda a reforma ortográfica deverá manter este equilíbrio sutil entre a notação dos fonemas e a dos significados que reflete um fenômeno profundo e inamovível: a existência de duas vias de leitura em nosso cérebro.

Por isso, faz-se necessário desenvolver atividades envolvendo transcrições ortográficas e produção textual abordando também homônimos a fim de o aluno reconhecer a forma ortográfica e diferenciá-la da forma fônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância desse trabalho deu-se por ser uma constante em sala de aula a discussão sobre a leitura, a escrita, o mercado de trabalho e os fracassos na seleção de emprego por conta da ortografia em provas de língua portuguesa. Uma grande dificuldade vista e sentida em sala de aula diz respeito a transcrição de palavras diferentes com o mesmo som. A tendência do aluno é a de escrever de acordo com a pronúncia da palavra, e aí é que na maioria das vezes os desvios ortográficos acontecem. A forma correta de grafar as palavras exige o conhecimento de algumas regras fundamentais para que essa grafia se realize.

E, muitas vezes, nós, professores apresentamos dificuldades na forma de ensinar as regras ou a ausência dessas regras na ortografia de muitas palavras de maneira dinamizada, objetiva e clara.

De acordo com Morais (2007), a ortografia é um tipo de saber resultante de uma convenção, de negociação social com um caráter prescritivo. As normas ortográficas refletem a tentativa de unificação da forma da escrita a fim de que possamos nos comunicar com mais facilidade.

Mas a tarefa de aprender a ortografia é tarefa árdua, é multifacetada. Segundo ainda Morais (2007), o aprendiz de ortografia precisa aprimorar-se das restrições irregulares e regulares socialmente convencionadas, de modo a produzir não só a escrita de palavras, mas a escrita correta das palavras, pois mesmo dentro dos casos “regulares” há peculiaridades. Ex.: o aprendiz precisa refletir e reconhecer a classe gramatical da palavra.

A aprendizagem da ortografia é um processo construtivo, mas não se pode considerar seu sentido de imposição social (com restrições regradas e não-regradas), mas não se pode esquecer que o mito da perfeição alfabética é ilusão, afirma ainda Morais.

Portanto, o que concluímos é que a ortografia é um dos conteúdos que dever ser mais explorado pelo professor em sala de aula a fim de que o aluno possa ter um domínio maior sobre ele. Atividades devem ser repensadas e refeitas de acordo com a necessidade (treinos, questionários, atividade de estímulo com áudio, atividades envolvendo homônimos etc.). O aluno precisa enxergar as arbitrariedades e as sistematicidades do campo da ortografia, de modo que as normas ortográficas não sejam um impedimento à sua expressão escrita, ao seu desempenho profissional.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita.. In: GORSKI, E. M.; COELHO, I.L. **Sociolinguística e Ensino: Contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006

CABRAL, Leonor Scliar. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. Editora Contexto, 2003.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 19ª ed. Petrópolis Vozes, 2000.

DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura. **Porto Alegre: Penso**, 2012.

DE MORAIS, Artur Gomes. **O aprendizado da ortografia**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2007

DE MORAIS, Artur Gomes. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo. Ática, 2006.

GUIMARÃES, Marisa Rosa. **Um estudo sobre a aquisição da ortografia nas séries iniciais**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPel, Pelotas, 2005.

MATEUS, Maria Helena Mira. Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa. **Est Língua**, v. 3, n. 1, p. 159-80, 2006.

MIRANDA, Ana Ruth Moresco. Aprendizagem e Ensino da Ortografia nas séries iniciais. In: BONIN, I. **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: práticas e didáticas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 97-114.

OLIVEIRA, Simone Tavares; SILVA, José Antonio Funchal. **Qualificando o jovem para o primeiro emprego**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Estácio de Sá, 2004.

SERGIPE. Secretaria Estadual de Educação. **Referencial Curricular do Estado**. Aracaju: Segrase, 2013.

RODRIGUES, Sónia Valente. Fonética e Fonologia no ensino da língua materna: modos de operacionalização. **Encontro sobre Terminologia Linguística: das teorias às práticas**. Porto: Universidade do Porto, 2006, p. 1-33.